

A Fraternidade no horizonte da cidade

Discurso sobre o Movimento Político pela Unidade à Câmara Municipal de Trento – Itália,
em 8 de junho de 2001.

Chiara Lubich

Tradução: José Maria de Almeida

A fraternidade é um princípio que está presente, com apelos sublimes, também nos livros sagrados de muitas das Grandes Religiões do mundo. Também está presente, porque inscrito no coração de cada homem, em todas as pessoas. A partir desse anúncio, a fraternidade é proposta como categoria política. ABBA, São Paulo, Vol. VI, n. 3, pp. 7-17.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhor Prefeito e Senhores Assessores,
Senhora Presidente da Região Trentina,
Senhor Presidente da Província,
Senhores Presidentes dos Conselhos Regionais e Provinciais,
Senhores Senadores e Deputados,
Autoridades civis e religiosas,
Excelentíssimo Representante do Governo,
Caríssimos concidadãos de Trento.

Antes de mais nada, expresso a alegria por encontrar-me em minha cidade natal, que há muitos anos não visito mas a trago sempre no coração.

Agradeço a oportunidade que me é oferecida de estar aqui entre os Senhores, com uma missão bem precisa: falar da Fraternidade à luz da experiência e da doutrina do Movimento dos Focolares.

Faço-o com muito prazer, e não podia ser diferente se pensarmos que a Fraternidade — um dos temas pelos quais sinto uma grande paixão — é exatamente, para quem crê (como é o meu caso), o projeto de Deus para toda a humanidade.

De fato, a mensagem evangélica sublinha, de modo todo especial, a Fraternidade elevando-a à esfera divina pela nossa participação na vida da Santíssima Trindade, na qual Deus Trino, mas também Uno, é o modelo perfeito e supremo de Fraternidade.

Mas a Fraternidade é um princípio presente, com apelos sublimes, mesmo nos livros sagrados de muitas das grandes religiões do mundo, e também está presente, porque inscrito no coração de cada homem, em todas as pessoas, inclusive daquelas que não têm um referencial religioso mas estão atentas à própria consciência.

Desse modo, a fraternidade permite a todos os homens — e isso é algo maravilhoso, embora na variedade de suas culturas e crenças — reconhecerem-se iguais, pela aspiração mais profunda presente em todos e em cada um: a aspiração de amar e ser amado dentro de uma comunidade de irmãos.

Naturalmente, aqui sou solicitada a falar, em particular, da Fraternidade em sua dimensão política.

Posso afirmar, logo de início, que a Fraternidade, se é necessária em todo lugar, não pode deixar de sê-lo na política. Por isso, também os políticos são chamados a colocá-la em prática e a sentir-se irmãos entre si, antes mesmo da paixão pelo próprio partido, antes das escolhas que distinguem as diversas opções. O amor fraterno une e ilumina as decisões a serem tomadas e torna as pessoas mais aptas a atingir o objetivo final da própria política, que é o bem comum.

Além disso, sem a Fraternidade — como afirmei, em 15 de dezembro passado, aos parlamentares italianos no Palácio São Macuto — mesmo o grande projeto político da modernidade, expresso no slogan da Revolução Francesa, fica incompleto. Constatamos, de fato, que se logo em seguida a Igualdade e a Liberdade foram de algum modo

alcançadas, o mesmo não se pode dizer da Fraternidade. Ou melhor, é somente na Fraternidade que essas — a Liberdade e a Igualdade — podem encontrar plena realização.

A Fraternidade é a contribuição específica que a seção política do Movimento dos Focolares, que é o “Movimento Político pela Unidade”, quer oferecer. Nascido em Nápoles em 1996, o M. P. U. está agora se difundindo e se organizando no mundo inteiro. Fazem parte dele políticos, assessores administrativos, funcionários públicos, estudiosos e cidadãos comuns.

A gênese e o desenvolvimento do “Movimento Político pela Unidade” são conhecidos. Eu também falei muitas outras vezes desse assunto: aos parlamentares italianos, em 1997, como já mencionei; à O.N.U, num grande congresso internacional; em 1998, em Estrasburgo, a parlamentares do Partido Popular Europeu; e, mais recentemente, em junho de 2000, num Congresso mundial [de Prefeitos, em Grass – Áustria].

Todavia, penso que podemos acenar alguma coisa, especialmente em vista daqueles que ainda não o conhecem.

Somente podemos falar do “Movimento Político pela Unidade” e compreendê-lo exatamente se nos referirmos ao tronco no qual ele floresceu e do qual é uma expressão: o Movimento dos Focolares, que nestes dias, de vários modos e em diversas ocasiões, estou expondo.

É ele uma realidade eclesial, efeito e fruto não somente de forças humanas, mas principalmente de um carisma, isto é, de um dom do Espírito que acompanha a História e lhe oferece, de tempos em tempos, auxílios especiais segundo as necessidades. Carisma que essa Obra — considerada pela Igreja como Obra de Deus — se propõe como meta levar à plena realização, entre todos os cristãos, de um “sonho de Deus”, como dizem nossos jovens, ou seja, a unidade. “Pai, que todos sejam um” (cf. Jo 17,21), rezou Jesus, estendendo-a à fraternidade universal, uma vez que Cristo morreu por todos.

O Movimento dos Focolares faz isso através da prática do amor evangélico ou da obediência à consciência que sugere, também ela, uma atitude de benevolência para com os irmãos, inclusive aqueles que pertencem a outras culturas.

Amor, em ambos os casos — como já tive oportunidade de explicar — muito exigente, pois não é um simples afeto humano, limitado muitas vezes só aos parentes ou aos amigos.

Amor que exige amar a todos sem distinção, estarmos dispostos a dar o primeiro passo, isto é, a tomarmos nós a iniciativa. Amor que pede que afastemos as nossas preocupações para dar lugar aos dos outros, afim de compreendê-los profundamente e ajudá-los concretamente. Amor, enfim, que sempre termina na reciprocidade, no amar-se mutuamente.

É esse amor, com tais qualidades, é essa Fraternidade, gerada pelo amor de uns pelos outros, que o Movimento dos Focolares vive e irradia por toda parte.

Movimento dos Focolares, porém, que, embora sendo fundamentalmente religioso, dedicou, a partir de 1948 e nos anos seguintes, uma atenção especial ao mundo político, desde quando o ilustre deputado Igino Giordani, personalidade de larga experiência cultural, social e política, atuante durante os difíceis períodos do Primeiro Pós-Guerra, tornou-se seu co-fundador. Ele trouxe para dentro do nosso coração a humanidade com seus problemas e seus anseios: a reconstrução do nosso País e da Europa após a Segunda Guerra Mundial, a democracia nascente, a divisão entre Europa do Leste e Europa do Oeste.

E o fato recente de que Igino Giordani, juntamente com De Gasperi e La Pira¹, está encaminhado para a beatificação explica muito bem quem é ele e o seu valor moral, a sua busca da perfeição em todos os campos.

Bem cedo reuniu-se em torno a Giordani um pequeno grupo de deputados que buscaram levar o nosso espírito — tudo o que então se chegara a entender e a aprofundar — ao Parlamento; esse grupo de 1950 ampliou-se e, a partir de um certo momento, seus membros já pertenciam a diversos partidos.

Outra presença política notável entre nós foi a do próprio Alcide De Gasperi, em quem a nossa espiritualidade reforçou a vocação

.....
1) Políticos e construtores da democracia italiana, após o Facismo e os dois Pós-Guerra. O primeiro na qualidade de deputado e presidente da República Italiana, o segundo enquanto parlamentar.

para a unidade; de fato, ele, juntamente com Adenauer e Schuman², tornou-se um dos fundadores da Europa Unida.

Os nossos políticos constituíram, em 1959, o “Centro Santa Catarina”, que foi, por quase dez anos, o ponto de encontro de suas angústias e preocupações e o ponto de partida de suas atividades, renovados no espírito de unidade.

Entretanto, com o desenvolvimento do Movimento dos Focolares, primeiramente na Itália, depois na Europa e, mais tarde, em todo o mundo, começava a formar-se um verdadeiro povo, o povo da unidade, que hoje conta com cerca de sete milhões de pessoas: pessoas de todas as culturas, profissões, países.

E, se desde os primórdios do Movimento sempre se teve o conhecimento de que o Carisma da Unidade é portador de uma cultura própria, foi o crescimento desse povo que evidenciou a especificidade dessa cultura, tornando necessário o seu aprofundamento doutrinário não só teológico e filosófico, como também político, econômico, psicológico, artístico etc.

Como novidade, portanto, destes últimos tempos, eis que o encontro do povo da unidade com a sua doutrina provocou o que nós chamamos de “inundações”, termo sugerido por São João Crisóstomo: ou seja, o desenvolver-se de verdadeiros novos movimentos, em particular no campo econômico, como o projeto Economia de Comunhão e, no campo político, o Movimento Político pela Unidade, atual ramificação política do Movimento dos Focolares.

O Movimento Político pela Unidade é, pois, portador de uma nova cultura política.

Muda o método de fazer política. Mesmo permanecendo fiel aos próprios ideais, o político da unidade ama não só os filiados do próprio partido, mas também os outros políticos, vive em comunhão com todos. Faz isso nos parlamentos nacionais e regionais, nas câmaras municipais, nos partidos, nos diversos grupos de ação civil e política. E a unidade, assim vivida, é levada como fermento também para o seio dos partidos, das instituições, para todos os ambientes da vida pública, para as relações entre os Estados.

.....
2) Trata-se dos Chanceleres francês e alemão, no Pós-Guerra, que juntamente com De Gasperi, italiano, são considerados os pais da nova Europa unida.

Portanto, a finalidade específica do Movimento Político pela Unidade é ajudar as pessoas a viverem sempre na fraternidade, a serem nos valores profundos e eternos do homem, e, só depois, envolverem-se na ação política direta.

Não se trata, portanto, de um novo partido.

Falando hoje perante esta assembleia municipal, é espontâneo perguntar: o que significa, o que encerra o ideal da Fraternidade para a vida da cidade?

Ele não é um acréscimo que vem de fora para a reflexão e a prática política, mas pode ser considerado o fruto maduro do percurso multimilenar da política, a alma para encarar os problemas de hoje.

De fato, sabemos que também hoje há cidadãos para quem a cidade é como se não existisse, cidadãos para cujos problemas as instituições buscam respostas com dificuldades. Há também quem se sintam excluído do tecido social e separado do corpo político, mercê da falta de trabalho, ou de casa, ou da possibilidade de se cuidar convenientemente. São esses, e muitos outros, os problemas que os cidadãos apresentam diariamente a quem detém o governo da cidade. E a resposta que recebem é determinante para que também eles se sintam cidadãos de pleno direito, percebam a exigência, e tenham a possibilidade de participar da vida social e política.

Por isso, desse ponto de vista, o município é a mais importante das instituições porque está mais próximo das pessoas, de quem conhece mais diretamente todos os tipos de carências.

Mas é também através do relacionamento com o município, em suas diversas articulações, que o cidadão desenvolve a gratidão — ou o rancor — pelo conjunto das instituições, inclusive as mais distantes, como o Estado.

No Movimento Político pela Unidade ficou provado que o município consegue atender bem as exigências dos cidadãos se aquele que governa, ou que, de algum modo, tem uma responsabilidade na administração da cidade, possui, na base do seu compromisso político, a exigência de viver a Fraternidade com todos, e enxerga também o cidadão como um irmão. Sabemos que para um irmão os problemas se resolvem mais facilmente, porque pensamos e repensamos em seu problema, batemos todas as portas, procuramos todas as oportuna-

des, reunimos todos os recursos. E, por fim, quando todas as forças tiverem sido empregadas, voltamo-nos, se tivermos fé, inclusive para Deus, a fim de que Ele proveja.

Um dos efeitos que a Fraternidade pode produzir na cidade é a verdadeira liberdade.

Se observarmos a história da cidade, convencer-nos-emos de que a cidade antiga é um recinto sagrado, que recolhe e protege um povo unido por laços de sangue, de religião, de economia. De certo modo, aí existe a Fraternidade, mas é limitada aos que estão dentro dos muros, que pertencem a esta comunidade fechada.

Essa característica antiga ainda está fortemente presente em muitas cidades. Considerando-a no aspecto positivo, ela põe em relevo sua tradição, sua identidade e sua missão. Enquanto no negativo, tende a vê-la com certa desconfiança em relação ao novo, aos estrangeiros, aos imigrantes, a quem é, devido a cultura, a etnia ou a religião, diferente dos habitantes que têm sua origem naquela cidade. A liberdade, na pequena cidade fechada, é uma liberdade "in", baseada nos laços de pertença, que excluem os estrangeiros.

No alvorecer da modernidade, começam a surgir novas instituições políticas urbanas por meio da livre escolha de pessoas que se associam. É um fenômeno político novo e importante, que ressalta não tanto a tradição, isto é, o passado, quanto o projeto, isto é, o futuro.

A instituição do município contém portanto um princípio de universalidade, que florescerá nos séculos seguintes, e que chega até às metrópoles multiétnicas dos nossos dias. Pelo aspecto positivo, devemos enfatizar a abertura, que admite fazer parte da cidade quem quer que tenha a boa vontade de se inserir na sua vida e de participar de suas atividades. Pelo negativo, a cidade hoje corre o risco de não ser mais uma comunidade, mas de se reduzir a um "aglomerado urbano", no qual cada um, na indiferença de todos, pode dedicar-se aos próprios interesses e, um ou outro, aos próprios negócios. Nesse caso, reina aí uma liberdade negativa, uma liberdade "de" todo vínculo de verdadeira pertença, em que o outro não é o irmão, não possui rosto, é apenas um indivíduo.

Agora, perguntemo-nos: será que um dia estas duas liberdades, características de dois diferentes tipos de cidade, poderão se fundir e criar uma nova concepção da cidade?

As nossas experiências — se pensarmos inclusive em um possível desenvolvimento futuro — parecem dar uma resposta positiva.

É o que dizem, por exemplo, as iniciativas de membros do Movimento Político pela Unidade voltadas para a criação de um relacionamento fraterno entre situação e oposição, seja no Parlamento, seja em alguns municípios. São iniciativas que se traduziram em leis do Estado ou em políticas locais que uniram as cidades onde essas se realizaram. Na realidade, a primeira abertura ao outro acontece dentro da cidade e do país, ao estabelecer a Fraternidade entre aqueles que, estando no governo ou na oposição, têm deveres diferentes, mas são ambos necessários ao bem comum.

É o que dizem também as nossas inúmeras experiências de acolher os imigrantes, que acorrem ao nosso país não só por motivos econômicos, mas também políticos: uma cidade, uma nação, não perdem, mas ganham abrindo-se para o outro, como Trento fez entender com a recente festa dos povos; a sua estatura política se eleva ao oferecer uma pátria e uma cidadania a quem a perdeu.

É o que dizem, ainda, as vinte “cidadezinhas” do Movimento dos Focolares, presentes nos cinco continentes, semelhantes às primeiras comunidades cristãs, onde as pessoas, vivendo a mais viva e forte fraternidade, são um só coração e uma só alma e possuem tudo em comum, de modo a não existirem indigentes entre eles.

Embora, por enquanto, sejam animadas por motivos espirituais e não políticos, de modo a se apresentarem como pequenas “cidades celestes” — como diria Agostinho —, têm, contudo, elementos que lhes fazem prever possíveis modelos de cidades modernas inclusive terrenas.

Nessas cidades, de fato, pessoas de todas as vocações civis ou religiosas, de raças, de Línguas e culturas diversas, famílias, empresas, escolas, centros artísticos, desempenham suas atividades na alegria, num clima de família. Possuem ou têm em projeto — como essencial — um pólo industrial. São presididas e guiadas, para todos os aspectos terrenos, por uma pessoa que se pode configurar como um prefeito (e assim é chamada) etc. A verdadeira Fraternidade que nelas se vive faz delas comunidades autênticas, mas abertas a todos.

Além disso, a Fraternidade pode realizar na cidade a efetiva Igualdade, que consiste em criar as condições para que cada um —

cidadão, família, associação, empresa, escola — possa expressar a sua personalidade e realizar a sua vocação, dando o melhor de si. Para isso, são necessárias, certamente, por parte da administração, as competências, as capacidades técnicas e gerenciais. Num campo mais profundo, porém, requer-se de quem governa a cidade que se detenha para ouvir os cidadãos e assuma os problemas deles.

É aquele amor de que falei no começo, aquele “fazer-se um” com os outros que embora para nós possa ser um sacrifício —, tira deles parte do peso, e aponta a solução justa dos problemas, que não pode ser descuidada do ponto de vista de quem os vive.

Desse modo, o governo não se impõe, mas respeita todas as identidades e todas as obrigações. É ágil e flexível, pronto a captar a prioridade que se apresenta no momento atual.

A cidade, assim, não é governada do alto, mas é erguida de baixo, e a política assume a função de pedúnculo que sustenta o florescer das iniciativas pensadas pelos cidadãos ou junto com eles; torna-se um serviço verdadeiro, unificando para o bem comum os esforços de todos.

Efetivamente, prosseguindo neste caminho, a Fraternidade, além de ajudar a atenção recíproca e o conhecimento das necessidades e dos recursos, torna-se guia no estudo amoroso da história civil e religiosa da própria cidade, na compreensão do seu patrimônio cultural e associativo. Desse modo, chega-se a assimilar, um pouco por vez, a verdadeira vocação de uma cidade, em cujo interior cada um recebe a oportunidade de viver a sua própria vocação e, realizando-se a si mesmo, ajuda o desenvolvimento e o bem da cidade.

E, finalmente, mais uma pergunta que toca o fundamento mesmo da política: o que nos faz cidadãos?

Este é um pensamento que nos leva às origens da reflexão política, que nasce justamente como reflexão sobre a cidade.

Aristóteles assevera que o laço político que mantém juntos os cidadãos é a amizade política, uma forma de amizade que ele chama também de “concordia”. Ela exige de cada cidadão a capacidade de renunciar a uma vantagem imediata e de trabalhar para obtê-la somente junto a todos os outros. A amizade política, portanto, para Aristóteles, cria um “corpo” político que ultrapassa a esfera da utilidade material e alcança a dimensão do “bem”. A política, de fato, é uma atividade

ética, que exige de todos viver com justiça. É o que diz Aristóteles (Ética a Nicômanos, VIII, 12, 1161 b; IX, 6, 1167 a-b).

Mas ele continua ainda ligado a uma concepção limitada da amizade, e, portanto, da cidadania, reservada aos gregos e aos livres, negada aos “bárbaros” e aos escravos.

Depois dele, na História humana, é com Jesus que a realidade da amizade dá um salto de qualidade, porque, para Ele, pelo dom que nos deu de sua vida, nós, simples filhos dos homens, podemos nos chamar filhos de Deus, todos filhos de um Pai e, portanto, irmãos entre nós no sentido pleno. Por isso, Jesus pôde dizer: “Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que seu senhor faz; mas eu vos chamo amigos, porque tudo o que ouvi de meu Pai eu vos dei a conhecer” (João 15,15). A amizade com Jesus, a filiação com Deus Pai, o saber as suas coisas, mostram uma paridade na liberdade — com Deus, por participação em sua vida, e entre os homens — radicalmente nova na História.

Assim, foi introduzida na cultura humana — de quem crê e de quem não crê — a idéia da dignidade absoluta de todos os seres humanos, por terem a possibilidade de ser irmãos, confirmando aquilo que está inscrito no DNA de cada um.

Desse modo, a humanidade é vista como comunidade universal.

Assim a Fraternidade possibilita pensar em um bem comum de todos os homens, isto é, pensar na humanidade inteira em termos políticos.

É nessa perspectiva que — é óbvio — podem ser enfrentados também os desafios que a globalização traz hoje ao bojo de nossas cidades.

É a Fraternidade que nos realiza plenamente como cidadãos, da nossa cidade e do mundo.

Da reflexão sobre a cidade nasce, portanto, a reflexão sobre a humanidade. E é natural que assim seja, porque a cidade é o lugar onde a Fraternidade pode ser vivida concretamente, é o lugar especial onde amadurece o universal que reside em nós, a nossa humanidade.

Os políticos do Movimento Político pela Unidade já começaram a desenvolver uma reflexão sobre os pontos a que aludi, e a realizar experiências concretas. Por exemplo, sobre a colaboração entre administradores e cidadãos, sobre a solidariedade com os mais fracos, sobre

a eficiência dos aparatos administrativos, sobre a colaboração entre as diversas forças sociais e produtivas presentes no município.

Tudo isso já está sendo participado a políticos de vários Países. Isso se faz inclusive em Roma. Assim, ajudamo-nos todos juntos a pôr em prática a Fraternidade, aprofundando sobretudo o conhecimento do Carisma que a torna possível. Intercambiamos as experiências, colocamos em comum as idéias, as preocupações, as exigências que surgem sempre no trabalho cotidiano de quem faz política.

É isto, em síntese, o que pensa e faz o Movimento Político pela Unidade.

Senhor Presidente do Conselho,
Senhor Prefeito,
Autoridades civis e religiosas,
Excelentíssimo Comissário do Governo,
Caríssimos concidadãos de Trento,
agradeço a todos pela atenção a estas reflexões sobre a Fraternidade na cidade e pelo amor com que me escutaram.

Bibliografia

ARISTÓTELES, [s. d.]. Ética a Nicômaco. [s. n.] : [s. n.].